

FH diz que fará reforma política

■ Presidente declara a jornal britânico que, se for reeleito, apoiará revisão em 99 e defende o voto distrital misto como na Alemanha

Arnaldo Schutz - 22/10/97

BRASÍLIA - O presidente Fernando Henrique Cardoso disse, em entrevista publicada ontem pelo jornal britânico *Financial Times*, que, se for reeleito em 1998 dará prioridade à reforma política, e defendeu a adoção do sistema alemão de voto distrital misto. Segundo o presidente, a única forma de promover as "mudanças radicais" no sistema político é realizar uma revisão constitucional em 1999, proposta apresentada pelo deputado Miro Teixeira (PDT-RJ).

"Nosso sistema político é muito frágil. É impossível ter uma democracia sem um sistema político mais sólido e melhor estruturado", afirmou.

A diferença entre as regras atuais para mudar a Constituição e as de uma revisão constitucional são númericas. Em vez de precisar de 308 votos na Câmara e 49 no Senado, em dois turnos de votação em cada casa, o governo precisaria apenas de 297 votos em um turno de votação em sistema unicameral.

O deputado Miro Teixeira defende a revisão restrita aos temas tributários e políticos. Mas Fernando Henrique não analisou este detalhe, na entrevista ao jornal inglês.

O presidente anunciou que, se conquistar um segundo mandato, vai rever as prioridades de seu governo. Desde a posse, o Fernando Henrique centralizou sua atuação nas reformas do Estado, com a justificativa de que é necessário acabar com o que considera privilégios dos servidores e reduzir o tamanho do déficit público.

Com a mesma intenção, Fernando Henrique promoveu a quebra dos monopólios estatais e privatização. Mas acabou mal-sucedido na reforma da Previdência e na reforma administrativa.

"Agora, penso que é crucial levantar a questão da reforma política", afirmou. Até hoje, o governo nunca deu prioridade à reforma política no Congresso. No entanto, quando tentou aprovar, sem sucesso, as reformas administrativa e da Previdência, percebeu que essa empreitada seria impossível sem fidelidade partidária.

A adoção do princípio da fidelidade impediria que, como ocorre hoje, parlamentares votem movidos por interesses pessoais, em detrimento do programa do partido. Fernando Henrique declarou que é favorável à criação de regras que estimulem a fidelidade partidária.

Antes de viajar aos Estados Unidos, o líder do governo na Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), também defendeu a fórmula da Constituinte restrita para aprovar a reforma política. "Me dêem a fidelidade parti-

dária que eu aprovo qualquer reforma aqui", disse Luís Eduardo.

Modelo alemão - Fernando Henrique defendeu a adoção do voto distrital misto, que vigora na Alemanha. No sistema alemão, uma parcela do Parlamento é escolhida nos distritos, em eleições majoritárias. Outra parte é eleita pelo sistema proporcional, em vigor no Brasil, através de listas de candidatos apresentadas pelos partidos.

Atualmente há no Congresso várias propostas de reforma política que seguem o modelo distrital misto. Mas os projetos estão praticamente paralisados ou ainda no início do processo legislativo. Uma das propostas tem como relator o líder do partido do presidente, o PSDB, no Senado, o cearense Sérgio Machado. O senador, porém, optou por um relatório muito amplo e, certamente, atrairá grande resistência no Congresso.

As principais propostas da reforma política - fidelidade partidária, com perda de mandato para o parlamentar infiel a seu partido, imunidade parlamentar, domicílio eleitoral, voto distrital misto e voto facultativo - dependem de emenda constitucional. "A reforma política é toda amarrada na Constituição porque no momento em que foi feita, em 1988, era um período de grave desconfiança", explicou Miro Teixeira.

O único ponto da reforma política levado adiante pelo governo foi a aprovação da emenda que permite a reeleição do presidente, dos governadores e dos prefeitos. Na opinião do deputado José Genoino (PT-SP), a falta de empenho em aprovar uma ampla reforma política e partidária é culpa não apenas do Executivo, mas também do Legislativo. "O Congresso não tem coragem de fazer a reforma porque ela sangra na própria carne", disse.

O deputado Almino Affonso (PSB-SP) também constata falta vontade política para aprovar a reforma. "Falta vontade do governo em levar adiante a reforma política, mas também não vejo nenhum hempenho dos parlamentares em aprovar mudanças", disse.

Funcionalismo - O presidente reconheceu ontem que o salário dos funcionários públicos está defasado, mas afirmou que a correção será feita somente após superada a crise fiscal.

"Tão logo possamos superar a crise fiscal, far-se-ão as correções necessárias para que ao trabalho dedicado e competente corresponda uma remuneração adequada", disse o presidente, ao lembrar o Dia do Funcionário Público no seu programa semanal de rádio.



Fernando Henrique disse ao *Financial Times* que fragilidade do sistema político brasileiro impede construção da democracia em bases sólidas

COMO É NA ALEMANHA

O modelo eleitoral alemão é baseado no sistema distrital misto: tanto para o Parlamento federal (Bundestag) quanto para os parlamentos estaduais, metade dos deputados é escolhida diretamente e outra metade de acordo com os votos obtidos pelo partido.

O eleitor alemão vota duas vezes. Na primeira, opta por um candidato de seu distrito eleitoral. É um voto local. Vence o candidato que conseguir maioria simples. Já no segundo voto, o eleitor opta pelo partido, que divulga uma lista de candidatos. Nesse caso, a eleição é proporcional. O número de candidatos a ser eleger depende do número total de votos do partido. Só obtém representação os partidos que receberem mais de 5% dos votos.

Os partidos com menos de 5% dos votos na eleição proporcional só conseguem cadeiras se elegerem, pela forma direta, três ou mais candidatos. Nesse caso, passam a ser considerados os votos recebidos pelo partido.